

ARTIGO

VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS E O IMPACTO NA VIDA DOS UNIVERSITÁRIOS

Regina PENACHIONE⁴

Simone Hedwig HASSE⁵

Resumo

Este artigo é um relato de experiência da prática extensionista denominada “Contar histórias e ler/ declamar poemas”, desenvolvida entre docentes e acadêmicos do Curso de Pedagogia, na modalidade EaD, do Centro Universitário Padre Anchieta, de Jundiaí, São Paulo. O projeto, desenvolvido ao longo de oito semanas, envolveu 133 alunos e teve a proposta de propiciar às crianças entre 0 e 6 anos a fruição da leitura/declamação de um poema. A finalidade é enriquecer as possibilidades de contar histórias, ler/ declamar poemas e trocar experiências, além de sensibilizar para uma consciência social sobre os retratos da leitura no Brasil. Será apresentada também a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, indissociáveis na Universidade, aproximando o conhecimento adquirido pelos estudantes com a realidade em que estão inseridos. Ressaltam-se ainda as diversas concepções sobre extensão universitária, na visão de alguns autores, e a apresentação dela como ferramenta essencial aos acadêmicos para o desenvolvimento da cidadania e para a vivência no ambiente profissional, complementando a formação acadêmica e possibilitando transformação social para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para maior ampliação dos conhecimentos dos docentes e discentes sobre a extensão universitária, serão evidenciados os seus principais aspectos e suas dimensões que visam à institucionalização da extensão na Universidade.

Palavras-chave: Extensão universitária; Ensino; Pesquisa; Pedagogia.

Abstract

This article is an experience report of the extensionist practice called “Telling stories and reading/reciting poems” developed among teachers and academics of the Pedagogy Course, in the EaD modality, at Centro Universitário Padre Anchieta, in Jundiaí, São Paulo. The project, developed over eight (8) weeks, involved one hundred and thirty-three (133) students and had the proposal to provide children between 0 and 6 years of age with the enjoyment of reading/reciting a poem. The purpose is to enrich the possibilities of storytelling, reading/declaiming poems and exchanging experiences, in addition to raising awareness of social awareness about the portraits of reading in Brazil. The importance of articulation between teaching, research and extension, inseparable at the University, will also be presented, bringing the knowledge acquired by students

⁴ Mestra em Educação e Professora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Padre Anchieta - UniAnchieta - Unidade Jundiaí. E-mail: regina.penachione@anchieta.br.

⁵ Doutora em Educação e Professora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Padre Anchieta - UniAnchieta - Unidade Jundiaí. E-mail: simone.hasse@anchieta.br.

closer to the reality in which they are inserted. Also noteworthy are the different conceptions about university extension, in the view of some authors, and the presentation of it as an essential tool for academics for the development of citizenship and for living in the professional environment, complementing academic training and enabling social transformation for the improvement of people's quality of life. For a greater expansion of the knowledge of professors and students about university extension, its main aspects and dimensions that aim at the institutionalization of extension at the University will be highlighted.

Keywords: University extension; Teaching; Research; Pedagogy.

Introdução

As vivências de extensão universitária oportunizam muitas experiências aos discentes e contribuem para a comunicação entre a Universidade e o ambiente externo, interligando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Como a extensão universitária colabora para que o futuro profissional tenha uma aproximação com o mundo real, faz-se necessário estimular os discentes, desde o primeiro ano da graduação, a participarem de ações de extensão para colocar, em prática, a missão social do ensino: o exercício da cidadania.

O ensino formal na graduação, definido como forma sistemática de transmissão de conhecimentos, desenvolvido pelas disciplinas de uma matriz curricular, é essencial para a formação do cidadão e do desenvolvimento de habilidades para a vida em sociedade. A pesquisa, vista como processo de construção do conhecimento com objetivo de gerar um novo, corroborar ou refutar conhecimento preexistente, complementa o ensino formal na graduação, aprofundando o processo de aprendizagem do pesquisador e da sociedade que dela pode se beneficiar.

A extensão universitária, definida como prática acadêmica, além da sala de aula, possibilita aos discentes o envolvimento com pesquisas e projetos que possibilitam a articulação prática do conhecimento científico do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade, com objetivo de melhorar a realidade social.

Além de a extensão universitária ser uma ferramenta que possibilita a comunicação entre a Universidade e a sociedade, ela é instituída na graduação com intuito de inserir os discentes para além da sala de aula, em práticas direcionadas à coletividade, aliando teoria e prática, para a obtenção de resultados positivos e contribuição à formação acadêmica.

No momento em que os discentes saem dos muros da sala de aula e vão além, por meio das práticas extensionistas, passam a entender melhor a práxis da profissão e a importância da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, aproximando o conhecimento adquirido com a realidade em que estão inseridos.

Fragmentos históricos

Segundo Rodrigues (2003 *apud* Calderón, 2007), na legislação educacional brasileira, a extensão universitária surgiu, na década de 1930, no *Primeiro estatuto das*

universidades brasileiras, promulgado na gestão do ministro da Educação e da Saúde Pública Francisco Campos, com intuito de regular direitos e obrigações internos e externos das Universidades.

A primeira regulamentação a tratar da extensão universitária foi o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. No Título VI, Organização Didáctica, consta, mantida a grafia original:

Art. 42. A extensão universitária será effectivada por meio de cursos e conferencias de caracter educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario.

§ 1º Os cursos e conferencias, de que trata este artigo, destinam-se principalmente á diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou collectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagação de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionaes.

§ 2º Estes cursos e conferencias poderão ser realizados por qualquer instituto universitario em outros institutos de ensino technico ou superior, de ensino secundario ou primario ou em condições que os façam accessiveis ao grande publico. (Brasil, 1931, *on-line*)

De acordo com este decreto, a extensão era entendida como uma forma de oferecer cursos fora da Universidade. Por isso, as instituições deveriam oferecer cursos para as comunidades.

Na década de 1970, após estratégias do Governo Federal para fortalecer a relação universidade/ comunidade, a extensão universitária ganhou notoriedade com a concretização do *Projeto Rondon*, uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, um projeto de integração social, que tinha por finalidade viabilizar a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliassem o bem-estar da população.

No final da década de 1980, com a criação do *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras* – uma entidade voltada à articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, visando ao pleno exercício da cidadania dos universitários e o fortalecimento da democracia – o conceito de extensão afastou-se da conotação assistencialista.

No final da década de 1990, outros fóruns apareceram, como o *Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias*, associando instituições particulares com especificidades próprias, englobando os universos comunitário, confessional e filantrópico.

Em 2003, algumas Instituições de Ensino Superior (IESs) que não se incluíam nos fóruns de discussão sobre extensão, com apoio da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp), instituição não estatal de direito privado com sede em Brasília (DF), com o objetivo de apoiar o desenvolvimento das instituições particulares de Ensino Superior do país, criaram o *Fórum de Extensão das IES Brasileiras*, passando a ser chamado, em 2006, de *Fórum de Extensão das*

Instituições de Educação Superior Particulares.

Segundo Calderón (2003b *apud* Calderón, 2007, p. 24),

Sem dúvida alguma, a constituição de um único fórum teria sido a melhor alternativa, uma vez que, embora muitos não concordem, os problemas decorrentes da falta de uma política nacional de extensão universitária são iguais para todas as universidades.

Esses três fóruns - *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*, *Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias* e *Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares* - revelam grandes preocupações com as práticas extensionistas com objetivo de fortalecer a relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Muitos debates sobre a extensão universitária ocorreram nos anos seguintes, mas, a partir das discussões, desenvolvidas nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, realizados em 2009 e 2010, respectivamente, o *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex)* apresentou às universidades públicas e à sociedade o conceito de Extensão Universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (Política Nacional De Extensão Universitária, 2012, p. 28)

O reconhecimento da importância da extensão universitária no Brasil também é visto na Constituição Federal de 1988, no Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I da Educação, no Artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Também está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Capítulo IV, Da Educação Superior, no Artigo 44, Inciso VII – “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996), evidenciando tanto no Artigo 207 quanto no Artigo 44 uma das grandes finalidades da Educação Superior.

Em 2018, com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro, houve o estabelecimento das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, evidenciadas no Capítulo I, Da Concepção, das Diretrizes e dos Princípios, no Artigo 3º:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (Brasil, 2018)

De acordo com os artigos da Constituição Federal de 1988, da LDB e da Resolução nº 7 de 2018, nota-se que o ensino, a pesquisa e a extensão formam o tripé inseparável da Universidade, oportunizando aos estudantes de graduação produções universitárias que contemplem o papel social deles junto às necessidades pelas quais a sociedade anseia.

Extensão universitária

Uma das funções da Universidade é promover o ensino e a pesquisa aos jovens universitários, para que possam exercer suas futuras profissões, com eficiência e eficácia, na carreira escolhida.

Além dessa função, outra que recebe um grande destaque, no século XX, que está além do ensino e da pesquisa, é a extensão universitária, que representa a comunicação com a sociedade para o atendimento das necessidades e os anseios solicitados pela vida social contemporânea e a prática dos conhecimentos teóricos e da pesquisa adquiridos pelos universitários em sala de aula.

Anísio Teixeira, considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século XX, mostra a Universidade como reformadora da sociedade e acessível a todos. Teixeira (1998 *apud* Silva; Frantz, 2002, p. 173), em suas palavras, complementa que a “[...] complexa universidade moderna deveria abarcar, além do ensino, a pesquisa, a descoberta do conhecimento científico e o serviço à comunidade.”

Muitos estudos sobre extensão foram feitos por diversos autores e apresentados em seminários para revelar as diferentes concepções sobre extensão, dentre eles, estão Mario Osorio Marques, Pedro Demo e Dermeval Saviani. Para Marques (1984 *apud* Silva; Frantz, 2002, p. 171),

a extensão é parte integrante da aprendizagem daqueles que se formam na universidade; todas aquelas formas de interação entre universidade e sociedade; um processo alimentador das questões pedagógicas; pela extensão, a universidade torna-se presente na sociedade, onde ela aprende e ensina; uma rede estendida de produção de conhecimentos; um olhar da ciência para a sociedade e da sociedade sobre a ciência; é uma expressão acadêmica sobre a cultura, os sonhos, a cidadania do povo, o desenvolvimento das comunidades próximas.

Demo (1980 *apud* Silva; Frantz, 2002, p. 171) considera a extensão como “a forma básica pela qual a universidade cumpre sua função pública, plural, diversa; maneira pela qual a universidade divide o que tem e vai buscar na população o que ela divide.” De acordo com Saviani (1980 *apud* Silva; Frantz, 2002, p. 171),

a extensão não pode cumprir as mesmas funções do Estado, não deve ser assistencialista e nem ser usada unicamente como forma de captar recursos; a extensão é uma outra forma de produzir ciência, de construir conhecimentos em outras bases, com outras fontes

originárias, próprias para um país como o Brasil.

Todos esses estudos evidenciam a preocupação e os esforços empreendidos pelas universidades para criarem canais de comunicação com a sociedade, uma vez que os problemas sociais afetam diretamente as instituições, que não podem ficar alheias e sem ação para minimizá-los ou solucioná-los.

Esse diálogo torna-se inerente às universidades, porque podem pautar o processo educativo como ação-reflexão-ação, promovendo diversas experiências sociais que podem auxiliar na efetivação dos anseios da sociedade e na maneira de dialogar com a população.

O compromisso social das universidades, que deve estar presente na formação dos universitários, está relacionado diretamente com o desenvolvimento da cidadania de seus participantes, pois só assim serão capazes de promover benefícios à sociedade e construir novos conhecimentos.

Segundo Jantkle e Caro (*apud* Síveres, 2013, p. 98), “a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.” Essa troca de saberes sistematizados – acadêmico e popular – trará resultados positivos tanto à produção do conhecimento quanto à participação efetiva da comunidade na Universidade.

Entendida a extensão universitária como um processo educativo contínuo de difusão e socialização do conhecimento, visando à transformação social, o processo de construção da cidadania dos universitários se realiza à medida que as práticas extensionistas são aplicadas em benefício da sociedade.

Dessa forma, a extensão universitária passa a ser imprescindível para a formação acadêmica cidadã se a Universidade estiver comprometida politicamente com as problemáticas sociais existentes e suas possíveis soluções. Ser cidadão é ter consciência de que se é sujeito de direitos civis, políticos e sociais e de deveres que dependem da visão diferenciada em relação ao outro e ao meio ambiente.

A Universidade do século XXI precisa formar profissionais para trabalhar com a realidade social, por isso os universitários necessitam conhecer a realidade das pessoas com as quais convivem e entender os problemas sociais para que sejam feitas propostas extensionistas que amparem e melhorem a qualidade de vida dessa comunidade.

No momento em que os universitários agem como cidadãos, exercendo funções na sociedade ou aplicando projetos extensionistas, essa cidadania oferece-lhes a possibilidade de participarem da vida e do governo da população atendida, e a consciência de que os seus direitos e deveres e de seus semelhantes devem ser respeitados. Nenhum direito é mais importante do que outro, por isso, para o pleno exercício da cidadania, é necessário que todos os direitos humanos sejam preservados e respeitados como exige a vida em sociedade.

Como o projeto extensionista é visto como um trabalho social, é essencial que

os universitários compreendam a concepção de cidadania e a importância dos direitos humanos para a elaboração e aplicação das práticas sociais, despertando neles o desejo de mudanças em prol de uma sociedade melhor. A experiência dos universitários com a prática extensionista agrega valor ao saber acadêmico por meio de reflexões que permitem mudança de visão de mundo tanto dos discentes como dos envolvidos nos programas e projetos e amplia o exercício da cidadania com a atuação direta dos estudantes na sociedade atual.

Extensão: aspectos e dimensões

A extensão universitária oportuniza aos estudantes vivenciarem diversas experiências práticas na comunidade, muitas vezes, concretizando os conhecimentos aprendidos em sala de aula. Esse tipo de atividade prática aproxima muito os universitários dos contextos em que provavelmente atuarão profissionalmente, servindo como subsídio para a definição da área específica no mundo do trabalho.

Preparar-se para o mercado de trabalho é extremamente importante, assim como o engajamento dos estudantes em projetos extensionistas que podem ajudá-los na tomada de decisão para a vida profissional. A experiência extensionista não só propõe a aproximação com novas realidades sociais, mas também instiga os universitários a refletirem sobre elas e a mobilizarem seus conhecimentos para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Uma formação baseada no tripé ensino-pesquisa-extensão legitima os saberes produzidos no espaço da Universidade, para além dos muros da escola, quando as práticas extensionistas são aplicadas e refletidas como reconhecimento do mundo social.

Para a ampliação dos conhecimentos sobre a extensão universitária, docentes e discentes devem saber que é compreendida sob três aspectos, segundo a visão da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação (*apud* Calderón, 2007):

- a) processo educativo, cultural e científico, articulando ensino e pesquisa e relacionando Universidade e sociedade;
- b) via de mão dupla, oportunizando aprendizado aos estudantes e benefícios à comunidade, além de elevação dos conhecimentos anteriores por docentes e discentes;
- c) interação da Universidade com a sociedade, possibilitando trocas de saberes (acadêmico e popular) e participação da comunidade na Universidade.

Com base nisso, pode-se dizer que a extensão universitária articula o ensino e a pesquisa, com o objetivo de estabelecer diálogos com a sociedade, estabelece a troca de saberes acadêmico e popular como forma de reciprocidade de conhecimentos entre Universidade e comunidade, além de abrir espaço para que os universitários exerçam suas futuras funções como profissionais, com a aplicação das práticas extensionistas, de modo que a população possa usufruir dos benefícios a ela proporcionados em função de suas necessidades.

Deve-se ressaltar que não só acontece a socialização das práticas extensionistas

entre Universidade e comunidade como também a democratização dos conhecimentos produzidos e, principalmente, a formação cidadã dos recursos humanos que o país necessita para o seu desenvolvimento social. Nas palavras de Demo (2001b, p. 142 *apud* Calderón, 2007, p. 32)

Faz pouco sentido manter a extensão como algo fora da organização curricular. O desafio da cidadania – geralmente despachado para a extensão – permanece algo extrínseco, voluntário e intermitente, quando deveria ser a alma do currículo.

Além dos aspectos de processo educativo, via de mão dupla e interação entre Universidade e comunidade, a extensão universitária, torna-se uma atividade acadêmica que possui sete dimensões que devem ser conhecidas pela Instituição e pelos docentes e discentes. De acordo com Calderón, Santos e Sarmiento (2011), as dimensões que visam à institucionalização da extensão na Universidade são:

- a) dimensão ética para questionar, de forma contínua e permanente, as atividades de ensino, pesquisa e práticas no cotidiano acadêmico;
- b) dimensão formadora para a formação da cidadania, visando à concretude das vivências extensionistas;
- c) dimensão acadêmica para se tornar ação sistemática geradora de conhecimentos e vivência cidadã;
- d) dimensão didático-pedagógica para aplicar, na comunidade, as práticas construídas a partir da relação Universidade e comunidade e contribuir à formação dos universitários;
- e) dimensão estratégica para a interlocução com o Poder Público, sociedade civil e mercado, a fim de concretizar compromisso social e fortalecer a imagem da Universidade;
- f) dimensão cooperadora para fortalecer, potencializar e concretizar as iniciativas do Poder Público, sociedade civil e mercado;
- g) dimensão acolhedora para reconhecer o outro, aceitar as diferenças e criar espaços de vivências com respeito, dignidade e solidariedade.

É oportuno reiterar que o conhecimento dos aspectos e das dimensões da extensão universitária promove possibilidades diferenciadas de experiências educativas, motivando os acadêmicos a ampliarem as oportunidades de aprendizagem para além dos muros da escola e a vivenciarem práticas importantes para a tomada de decisões sobre suas escolhas profissionais.

Deve-se reconhecer o grande potencial transformador da extensão universitária que promove engajamento dos acadêmicos e está comprometida com a construção e o exercício da cidadania quando as práticas extensionistas são aplicadas à comunidade.

Essa via de mão dupla entre a Universidade e a sociedade, além da troca de saberes acadêmico e popular e elevação dos conhecimentos anteriores dos docentes e discentes, possibilita a reflexão dos universitários quanto à escolha mais adequada do

futuro trabalho profissional.

Ressalta-se que as práticas extensionistas, além de representarem oportunidades concretas de transformação social, oportunizam aos universitários a vivência no ambiente profissional da área escolhida, complementando a formação acadêmica oferecida pela Universidade e fortalecendo a atuação deles como cidadãos na sociedade em que estão inseridos.

Contextualizando a prática extensionista no curso de Pedagogia

A prática extensionista, desenvolvida entre professores e acadêmicos do 2º ao 12º módulo⁶ do Curso de Pedagogia, na modalidade EaD, do Centro Universitário Padre Anchieta, de Jundiaí, São Paulo, é denominada “Contar histórias e ler/ declamar poemas”, envolvendo diversos gêneros literários, desde os contos clássicos, fábulas até poesias/ poemas.

O público-alvo é composto por diferentes faixas etárias e os contextos sociais para a aplicação das práticas extensionistas são Instituições de Educação Infantil (creche e pré-escola), escolas de Ensino Fundamental, *campus* universitário, hospitais, organizações não governamentais, instituições de atendimento especializado em pessoas idosas e no serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, praças, parques, condomínios, comunidades de Igreja e de bairros, enfim, em todos os lugares onde é possível que uma história seja contada.

A prática extensionista “Contar histórias e ler/ declamar poemas” é proposta a partir da consideração de que é urgente ampliar o número de leitores, o que, segundo o Instituto Pró-livro, que realizou a 5ª edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” em 2019-2020, sob a coordenação de Zoara Failla, é condição para melhorar a qualidade da educação, o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento humano.

Dados da referida pesquisa, publicados em 2021, revelam

uma redução no percentual de leitores entre 2015 e 2019, ampliando nosso desafio para melhorar o “retrato” que vem sendo desenhado pela série histórica da pesquisa desde 2007. Continuamos com um patamar de quase 50% de não leitores, o que pode explicar por que, no ranking do IDH (84º lugar), estamos atrás de vários países da América Latina e caímos cinco posições entre 2018 e 2019. (XAVIER, 2021, p. 7)

Além disso, há a consideração, a partir do texto “O Narrador” de Walter Benjamin (1985), de que a arte de narrar está desvanecendo, é como se todos estivéssemos sendo privados da capacidade e da possibilidade de contar histórias e de trocar experiências de modo recíproco.

A afirmação de que o hábito da leitura, ler/ declamar poemas e contar histórias seja uma prática que está desvanecendo, no atual contexto social, no qual o uso do

⁶ O curso EaD na instituição é modular. Cada um dos oito semestres do curso é composto por dois módulos. Cada módulo tem duração de oito semanas.

tempo livre está sendo atraído pelas redes sociais, pelos *games* e pelos vídeos (*streaming*), pode encontrar fundamento nos seguintes dados pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil 5”:

A proporção dos que não identificam nenhum influenciador ou que não gostam de ler varia de 82% entre não leitores a 52% dos leitores. Também é maior a proporção dos que dizem que nunca viam suas mães lendo entre não leitores (60%) do que entre leitores (40%). Até mesmo receber livros de presente pode influenciar positivamente os leitores, pois 76% dos não leitores nunca ganharam livros, enquanto entre leitores essa mesma proporção é bem mais baixa (47%). A pesquisa também confirma maior percentual de leitores em famílias que têm hábito de ler e com melhor nível de escolaridade dos pais ou responsáveis. (FAILLA, 2021, p. 31)

Sem dúvida, promover o hábito da leitura requer um mediador, que goste de ler e que tenha um repertório de leituras para identificar, indicar e compartilhar experiências e emoções. Para formar leitores, é preciso que haja o compartilhamento de experiências de leitura, por isso ler/ declamar poemas e contar histórias deve ser uma prática docente contínua em escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e em Instituições de Educação não formal. Deve haver, portanto, a preocupação com a formação docente, para que professores estejam comprometidos com a formação de crianças e adolescentes leitores.

Assim, a prática extensionista “Contar histórias e ler/declamar poemas”, além de possibilitar a preparação de futuros pedagogos, contribui com a formação de leitores. Atende também às necessidades dos licenciandos do Curso de Pedagogia em se tornarem professores leitores e a uma necessidade social com a competência leitora de crianças e adolescentes, jovens e adultos. Acredita-se que a prática de contar histórias e ler/ declamar poemas pode contribuir, de forma significativa, na promoção da leitura e no desenvolvimento do hábito de ler. Aliás, Walter Benjamin (1995, p. 269), em ‘Obras Escolhidas II’, indaga “se a narração não formaria o clima propício e a condição mais favorável de muitas curas” e Abramovich (1989, p. 23) observa que “o escutar pode ser o início da aprendizagem para se tornar leitor.”

Além disso, confia-se em que ações voltadas ao fomento à leitura, à formação de leitores e ao acesso ao livro podem possibilitar acesso a outras atividades sociais e bens culturais, pois, como sugerido por Failla (2021, p. 24), “nenhuma sociedade pode melhorar seu patamar de desenvolvimento humano, reduzir desigualdades sociais e construir uma democracia sólida se quase metade da sua população não é leitora.”

Relato da experiência vivenciada

No segundo semestre de 2022, teve início a prática extensionista no módulo 2 da matriz curricular aprovada pela Resolução Conepe 016/2021, de 04 de outubro de 2021, sob a orientação das professoras Regina Penachione, Riza Lemos e Simone Hedwig Hasse.

Ao longo de oito semanas, as atividades desenvolvidas envolveram 133 alunos, distribuídos em quatro turmas, e a elaboração ou a declamação de um poema voltado às crianças entre 0 e 6 anos. Os alunos foram orientados a se organizarem em grupos de cinco integrantes, e cada um dos grupos produziu uma Prática Extensionista de elaboração e/ ou declamação de um poema em instituições e locais com a presença da referida faixa etária, como creches, pré-escolas, parques, condomínios, entre outros.

O cronograma de trabalho nas oito semanas envolveu encontros síncronos, no *Google Meet*, para organização, estudo e preparação das atividades, além de orientações e esclarecimentos de dúvidas, via fórum de dúvidas e mensagens no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Os encontros síncronos envolveram:

1º encontro: dedicado à apresentação dos objetivos, metodologia e critérios de avaliação da Prática Extensionista e organização dos grupos de trabalho com os alunos;

2º encontro: palestra com professor Cícero Edno, intitulada “A pedagogia da atividade poética e literária”;

3º encontro: esclarecimentos de dúvidas e orientações;

4º encontro: socialização das vivências dos alunos e apresentação das Práticas Extensionistas.

O planejamento das ações e a produção da Prática Extensionista envolveu a entrega da versão preliminar do Plano de Atividades para observações, sugestões e comentários do professor e a versão final do Plano de Atividades, acompanhado de relato, fotografias e vídeos da prática aplicada às crianças.

O Plano de Atividades seguiu o seguinte roteiro: a) Tema da Prática Extensionista; b) Objetivo(s); c) Recursos didáticos; d) Procedimentos; e) Resultados esperados; f) Avaliação; g) Referências; h) Relato da Atividade com apreciação do grupo e fotografias e/ ou vídeos da atividade. Para realizar os registros da Prática Extensionista foi imprescindível a autorização de uso de imagem e voz dos participantes, além da observação dos preceitos éticos na realização do trabalho.

A Prática Extensionista de elaboração e/ ou a declamação de um poema voltado às crianças apresentou uma grande seleção de poemas, dentre eles:

- a) “O Pato”, “A Foca”, “O Pinguim”, “O Leão”, “As Borboletas”, “As Abelhas”, “A Casa” de Vinícius de Moraes;
- b) “As meninas” e “Ou Isto ou Aquilo” de Cecília Meirelles;
- c) “As crianças são diferentes” de Ruth Rocha;
- d) “O Passeio da Gotinha” de Isabel Cristina Soares.

A predominância de poemas de Vinícius de Moraes, produção conhecida do público brasileiro e de fácil acesso, deve-se ao fato de que o poeta e compositor escreveu poemas para crianças, baseados na história bíblica da arca de Noé. Os poemas,

publicados em 1970, no livro “A arca de Noé”, foi dedicado aos seus filhos, Pedro e Suzana. Em 1980, Vinicius, com a colaboração de Toquinho, faz o álbum musical “A arca de Noé”, o que foi valioso para o despertar do interesse e curiosidade das crianças.

A leitura dos poemas e a realização de atividades com crianças de 0 a 6 anos é reveladora de que o planejamento exigiu dos licenciandos a organização do espaço, do tempo e dos materiais necessários à execução da Prática Extensionista, garantindo a iniciativa das crianças e o contato com outras de idades diferenciadas.

Barbosa (2014, p. 662) afirma que as crianças “são atores sociais que apresentam protagonismo [...]. Essa capacidade de agir, participar ativamente, falar, criar, significar e aprender é uma resposta das crianças aos contextos em que vivem.”

De fato, a criança de 0 até 6 anos é sujeito ativo, competente, capaz de estabelecer relações e interações e formular interpretações a partir das experiências vivenciadas, por isso as ações da Prática Extensionista estavam permeadas pelo lúdico, por rodas de conversas, materiais de leitura e escrita, desenhos, pinturas, experiências ricas e variadas, proporcionando o desenvolvimento da linguagem, imaginação, compreensão e apropriação de sentimentos e conhecimentos.

Figura 1 – Prática extensionista com crianças de 0 a 6 anos



Fonte: Registro fotográfico realizado pelos grupos de Práticas Extensionistas (2022).

Na prática extensionista “Contar histórias e ler/declamar poemas”, os licenciandos tiveram a oportunidade de planejar a organização do espaço, do tempo e dos materiais, vivenciando a importância da interação para as crianças, de criar e saber gerir os

ambientes de aprendizagem e saber da especificidade das crianças de idades diferenciadas, de 0 até 6 anos, como se comportam e como aprendem.

Outro aspecto que merece destaque é a interação que os licenciandos estabeleceram no trabalho coletivo em cada grupo. Aos licenciandos do Curso de Pedagogia, é requerida a construção de valores democráticos, por isso o trabalho em grupo é uma oportunidade enriquecedora.

A realização da Prática Extensionista, em pequenos grupos, enriquece e dinamiza os conhecimentos, os quais deixam de ser apenas específicos, ou seja, relacionados com o “contar histórias e ler/ declamar poemas”, para se tornarem integrantes da dimensão humana da formação, visto que ao pedagogo é exigido também bom relacionamento interpessoal e capacidade de discussão e diálogo.

Por fim, o vivenciado na Prática Extensionista descrita possibilitou aos licenciandos serem ativos e responsáveis em sua própria formação. A participação na elaboração e aplicação do plano de atividades torna-os coautores da Prática Extensionista e da própria formação acadêmica.

Em tal processo, não há dúvida de que o conhecimento é uma construção e, segundo Severino (2007), é indispensável a consideração da experiência ativa e da participação efetiva do aluno, o qual não pode ser visto como um sujeito passivo, mas um coparticipante do próprio processo educativo.

Considerações finais

A prática extensionista “Contar histórias e ler/ declamar poemas” desenvolvida entre professores e acadêmicos do Curso de Pedagogia, na modalidade EaD, do Centro Universitário Padre Anchieta, de Jundiá, São Paulo, é reveladora, a partir do relato da experiência vivenciada pelos licenciandos, do quanto a extensão é essencial na formação acadêmica dos envolvidos.

Como bem apontado por Síveres (2013), as práticas extensionistas são um instrumento de aproximação entre Universidade e sociedade, possibilitando situações enriquecedoras para os participantes que podem aprender, ressignificar conhecimentos e dialogar com a comunidade.

O papel da extensão universitária é oportunizar o compartilhamento de conhecimentos acadêmicos e científicos com a comunidade, além, é claro, dos alunos da Educação Superior aprenderem por meio dessa relação estabelecida com as comunidades atendidas.

A prática extensionista com a proposta de fruição da leitura/ declamação de um poema para crianças entre 0 e 6 anos foi uma oportunidade de contar histórias e de enriquecer a troca de experiências entre as crianças, discentes e docentes do Curso de Pedagogia e a comunidade. Certamente, essa também é uma ação, entre as muitas possíveis, para fomentar hábitos de leitura e melhorar a qualidade de leitura e de acesso ao livro entre os alunos do Curso de Pedagogia e as crianças.

Dessa forma, corrobora-se o pensamento de Severino (2007, p. 32) de que a extensão é uma exigência intrínseca do Ensino Superior, decorrente do compromisso do conhecimento e da educação com a sociedade e com sua afirmação de que

a extensão tem grande alcance pedagógico, levando o jovem estudante a vivenciar a sua realidade social. É por meio dela que o sujeito/aprendiz irá formando sua nova consciência social. A extensão cria então um espaço de formação pedagógica, numa dimensão própria e insubstituível.

Aliada ao ensino e à pesquisa, a extensão é igualmente relevante. Fica evidente a necessidade de que o compromisso social das Instituições de Ensino Superior seja essencial na formação dos alunos de graduação, visto que a Prática Extensionista concretizada está relacionada com a distribuição mais equitativa de bens simbólicos e políticos e diretamente atrelada ao exercício da cidadania de seus participantes, sejam crianças, discentes ou docentes.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.
- BARBOSA, M. C. S. Culturas infantis: contribuições e reflexões. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 645-667, set./dez. 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v14n43/1981-416X-de-14-43-00645.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- BENJAMIN, W.. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica**: arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet; prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.
- BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas. V. II**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 dez. 2022.
- BRASIL. **Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.349, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 dez. 2022.
- BRASIL. **Resolução n. 07, de 18 de dezembro de 2018, Conselho Nacional de Educação**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CALDERÓN, A. I. (Coord.). **Educação superior**: construindo a extensão universitária nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

CALDERÓN, A. I.; SANTOS, S. R. M.; SARMENTO, D. F. (Orgs.). **Extensão universitária: uma questão em aberto**. São Paulo: Xamã, 2011.

FAILLA, Z. Introdução: o retrato do comportamento leitor do brasileiro. In: FAILLA, Z. (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021. p.22-41. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Retratos_da_leitura_5_o_livro_IPL.pdf. Acesso em: 17 dez. 2022.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**. E-book. Manaus: Imprensa Universitária, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. V.; FRANTZ, W. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e questão das comunitárias**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2002.

SÍVERES, L. (Org.). **A extensão universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

XAVIER, J. A. Prefácio. In: FAILLA, Z. (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021. p.7-10. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Retratos_da_leitura_5_o_livro_IPL.pdf. Acesso em: 17 dez. 2022.